



Anais da Assembléia

Nº 125

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 90.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1990.
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (33). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Paulo Furiatti, Rafael Greca e Vera Agibert (21).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem nº 183/90

Curitiba, 22 de outubro de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que visa obter aprovação de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 1.319.467.257,00 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros), destinado ao atendimento das programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública Estadual.

O quadro a seguir demonstra a utilização global dos recursos solicitados.

Órgão - CELEPAR

Valor - Cr\$ 1,00 - 200.000.000,00

Finalidade - para integralização de capital da CELEPAR

Órgão - BANESTADO

Valor - Cr\$ 1,00 - 203.100.000,00

Finalidade - para integralização de capital do BANESTADO

Órgão - FUNRESPOL

Valor - 153.800.000,00

Finalidade - para o Fundo Especial de Re-equipamento Policial - FUNRESPOL

Órgão - Secretaria de Estado da Segurança Pública

Valor - 7.567.257,00

Finalidade - para atender o convênio com o IBAMA/SESP.

Órgão - Secretaria de Estado dos Transportes

Valor - 680.000.000,00

Finalidade - para o DER, sendo Cr\$ 550 milhões para o Programa Normal de Obras.

Órgão - Secretaria de Estado dos Transportes

Valor - 75.000.000,00

Finalidade - para transferência de recursos ao Município de Apucarana, para execução do trecho rodoviário Correia de Freitas/Barreiros.

TOTAL 1.319.467.257,00

Servirá como fonte de recursos para cobertura do referido crédito o cancelamento de dotação orçamentária alocada no Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa agrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Aprova créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, inclusive transferência de recursos a entidade vinculada da Administração Indireta.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Ficam aprovados os créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 1.319.467.257,00 (Um bilhão, trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete

cruzeiros), conforme anexo I desta Lei, ficando simultaneamente procedida a conversão de fontes no valor de Cr\$ 153.800.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e oitocentos mil cruzeiros), conforme artigo 17 da referida Lei.

Art. 2º - Servirá como fonte de recursos para cobertura do crédito referido no artigo anterior, igual importância conforme anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência dos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989, de acordo com os Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em de de 1990.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01		1	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.		CRS 1,00		1	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.001	IPROCI	ICOP I
2100	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	I	I I I		I	I	I
2102	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
1001	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - CELEPAR	I 4262.00	I 100 I I	200.000.000	I 1035	I	I
2300	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I I I		I	I	I
2302	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
2702	INCREMENTO CREDITICIO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA - BANESTADO	I 4262.00	I 100 I I	203.100.000	I 1035	I	I
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	I	I I I		I	I	I
4104	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	I	I I I		I	I	I
1009	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNRESPOL	I 4130.00	I 129 I I	153.800.000	I 1035	I	I
4112	CORPO DE BOMBEIROS	I	I I I		I	I	I
1031	DESCENTRALIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	I 3120.00	I 100 I I	2.159.000	I 1035	I	I
		I 4120.00	I 100 I I	5.408.257	I 1035	I	I
4500	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I I I		I	I	I
4502	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
2202	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I 3211.03	I 100 I I	88.000.000	I 1035	I	I
4503	DIRETORIA GERAL	I 4311.02	I 100 I I	592.000.000	I 1035	I	I
1088	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS FINALÍSTICOS DAS UNIDADES PROGRAMÁTICAS DA SETR	I 4323.00	I 100 I I	75.000.000	I 1035	I	I
TOTAL		I	I	1319.467.257	I		

I CANCELAMENTO		A N E X O	I I	FL. 02	I
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.		CRS 1,00	I
I	I				
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 4500	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
I	ITRANSPORTES	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 4502	IGABINETE DO SECRETÁRIO -	I	I I I		I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I 2202	I PROGRAMAÇÃO A CARGO DO	I	I I I		I I
I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I I
I	I RODAGEM - DER	I 3211.02	I 00 I I I	1319.467.257	I 1035 I
		T O T A L		I 1319.467.257	I

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O	I I I	FL. 02	I
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.		CRS 1,00	I
I	I				
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 4600	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 4688	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I I
I	I RODAGEM - DER	I	I I I		I I
I 1091	I PROGRAMA NORMAL DE OBRAS	I 4110.00	I 00 I I I	550.000.000	I 1035 I
I 2204	IMANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	I	I I I		I I
I	IPELO DSTC	I 3120.00	I 00 I I I	3.500.000	I 1035 I
I	I	I 3132.00	I 00 I I I	9.500.000	I 1035 I
I 2205	I ADMINISTRAÇÃO GERAL - DER	I 3132.00	I 00 I I I	32.000.000	I 1035 I
I	I	I 3231.00	I 00 I I I	28.000.000	I 1035 I
I	I	I 4120.00	I 00 I I I	10.000.000	I 1035 I
I 2208	I APOIO RODOVIÁRIO AOS MUNICÍPIOS	I 3132.00	I 00 I I I	15.000.000	I 1035 I
I	I	I 4110.00	I 00 I I I	30.000.000	I 1035 I
I	I	I 4120.00	I 00 I I I	2.000.000	I 1035 I
		T O T A L		I 680.000.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O	I V	FL. 03	I
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.		CRS 1,00	I
I	I				
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 4600	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 4688	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I I
I	I RODAGEM - DER	I	I I I		I I
I 2206	ISERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA - DER	I 3266.00	I 00 I I I	1319.467.257	I 1035 I
		T O T A L		I 1319.467.257	I

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/SAT/295/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 219/90.

Do PODER EXECUTIVO, que estabelece diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos do Estado, relativos ao exercício de 1991, o qual convertido em lei tomou o n. 9.407.

Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído para apreciação na próxima Ordem do Dia, em regime de Urgência, o Projeto de Lei n. 224/90, de autoria deste Parlamentar, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial - AFDT, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 266/90 que estabelece critérios para a fixação dos índices de participação dos Municípios no produto de arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento:

Paulino José Delazeri, Nereu Carlos Massignan, Ezequias Losso e Raul Lopes.

Observação:

Senhor Presidente, estou reiterando, por este requerimento igual solicitação de 06 de agosto de 1990.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Votação e Discussão para o Projeto de Lei n. 480/90, que altera a Lei n. 9302, de 19 de junho de 1990, que criou o município de Guaraituba.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a dispensa da discussão e votação da redação final do Projeto de Lei n. 480/90 de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que altera a Lei n. 9.302 de 19 de junho de 1990, que criou o Município de Guaraituba, constante na ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões em 23.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja esta Assembléia Legislativa transformada em Comissão Geral, a fim de apreciar, com a máxima urgência, o Projeto de Lei n. 224/90, de autoria do Parlamentar que este assina, o qual visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial - AFDT, com sede nesta capital.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja submetida a Plenário, a proposição de emenda à Constituição do Estado encaminhada a esta Casa, através da Mensagem n. 172/90, datada de 25 de setembro do corrente, a qual objetiva suprimir o § 5º do artigo 85 da Carta Estadual.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Desde que se iniciaram os trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte, temos batalhado pela supressão do dispositivo

que concede uma pensão mensal vitalícia a quem exercer por curto período, o cargo de Governador do Estado.

Ao apresentarmos a Emenda n. 275 ao Projeto II (cópia anexa), visando a supressão ao § 5º, do então artigo 101, em 22/setembro/1989, justificamos aquela alteração mencionando mensagem anterior do Governador do Estado no mesmo sentido.

Agora, se realmente esta Casa estiver interessada em dignificar nossa Carta, não há melhor oportunidade para demonstrá-lo.

REQUERIMENTO N° 2390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria da Casa do Estudante Luterano Universitário, na pessoa do Senhor Ivan Paulo Schaly (Presidente eleito), extensivos aos demais Membros da Diretoria, bem como aos Membros dos Conselhos Deliberativo, Superior e Fiscal, cuja posse dar-se-á no próximo dia 27 de outubro.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao amigo EDIVIO BATTISTELLI, pela sua posse em 02 de outubro de 1990, no cargo de Superintendente Geral da FUNAI em Brasília/DF, desejando-lhe sucesso e êxito em sua gestão, e salientamos, nesta oportunidade, a relevância do trabalho em prol da questão indígena, ao mesmo tempo em que reiteramos-lhe os nossos laços de profícua e sincera amizade.

REQUER, ainda, que do mesmo se dê ciência ao próprio amigo Edívio Battistelli, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: Setor de Edifícios Públicos Sul - Quadra 702 - Bloco A - Edifício LEX - 3º andar - CEP: 70.330 - Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de congratulações ao Ilustríssimo Senhor HENRIQUE JOÃO TROMPCZYNSKI, que nesta data assume as funções de Superintendente Executivo Regional da 1ª Região da FUNAI (Região Sul/Sudeste - abrangendo os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná,

Santa Catarina e Rio Grande do Sul), desejando êxito em sua nova função.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao próprio Senhor Henrique João Trompczynski, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: Rua Senador Saraiva, 270 - Alto São Francisco - CEP: 80.510 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2383

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, gestionando pela instalação de um telefone público comunitário no Bar e Mercaria Cubas, à rua José Hauer, 900 no bairro do Boqueirão, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) AIGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação fundamenta-se, primeiramente, no grande número de pessoas residentes na região que não dispõem de recursos para aquisição ou locação de uma assinatura telefônica, sendo, portanto, usuários potenciais de tal serviço.

Em segundo lugar, é inquestionável a necessidade que tais moradores têm de utilizar o serviço, sobretudo, em situações emergenciais, como o recurso ao Corpo de Bombeiros, Rádio Patrulha, ambulância, etc.

Isto posto, temos certeza de que a TELEPAR, com sua eficiente ação, determinará os estudos técnicos balizadores bem como a viabilização do solicitado.

Que seja enviada cópia do presente ao interessado, no endereço supramencionado.

REQUERIMENTO N° 2382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informações:

1 - Quais municípios receberam repasses, o "quantum" destes, por ordem da Resolução n. 113 de 15.08.90?

2 - Quais obras e equipamentos, na área da segurança pública, destes, por ordem da Resolução n. 113 de 15.08.90?

2 - Quais obras e equipamentos, na área da segurança pública, serão realizados pelos municípios?

3 - A especificação dos equipamentos e a construção e planejamento das obras, serão supervisionadas, planejadas e fiscali-

zadas por qual órgão do Governo do Estado?

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Pela Resolução n. 113 de 18.08.90, o Governo do Estado, determinou o repasse de Cr\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de cruzeiros) a diversos municípios para construção de obras e compra de equipamentos para segurança pública. Como se sabe esta é uma área de responsabilidade do Governo Estadual, daí porque é fundamental que se tenham as informações solicitadas, para que este Poder, possa acompanhar a execução e compra dos equipamentos pelos municípios.

REQUERIMENTO N° 2389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo intitulado "É difícil mudar esta Nação", de autoria do prof. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, publicado à página 06 da Gazeta do Povo do dia 18 do corrente mês, dando-se ciência ao seu signatário, bem como à Direção daquele jornal.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 531/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Pelo prazo de dez anos constará da lei orçamentária estadual, rubrica destinada a suprir recursos para programas habitacionais voltados à população de baixa renda, com dotação nunca inferior a 10% (dez por cento) do montante do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS arrecadado no ano anterior, em termos reais.

Parágrafo Único - Eventuais saldos orçamentários serão alocados à proposta orçamentária do ano subsequente.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir até o último dia útil de cada mês, 1/12 (um doze avos) da dotação definida no Artigo 1 para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Art. 3° - Os recursos financeiros que vierem a ser alocados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, serão destinados exclusivamente a programas habitacionais de interesse da população de baixa renda no Estado, observado o Artigo 212 da

Constituição do Estado do Paraná.

Art. 4° - Competirá a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR a implementação dos programas e respectivos projetos, para cujo efeito submeterá, anualmente, o plano de obras para o Conselho de Orientação.

Parágrafo Único - A análise dos planos, o acompanhamento dos cronogramas físico e financeiro e o controle dos projetos e programas serão realizados pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, na condição de gestor do FDE, ao qual competirá, adicionalmente, manter o Conselho de Orientação sistematicamente informado.

Art. 5° - As políticas de aplicação dos recursos serão definidas por um Conselho de orientação, integrado pelos seguintes membros:

I - Secretário da Fazenda;

II - Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

III - Um representante do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, gestor do FDE;

IV - Um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Paraná;

V - Um representante da Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas do Estado do Paraná;

VI - Um representante da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR; e

VII - Um representante da Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

§ 1° - A presidência do Conselho será exercida pelo Secretário da Fazenda.

§ 2° - A Secretaria Executiva do Conselho será de responsabilidade do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, ao qual caberá a convocação das reuniões, a elaboração das pautas e o registro, em livro de atas próprio, das deliberações do Conselho.

§ 3° - O Conselho reunir-se-á pelo menos uma vez a cada trimestre, ordinariamente, extraordinariamente, qualquer um dos membros pode solicitar convocação de reunião.

§ 4° - As eventuais substituições de conselheiros deve ser comunicada ao Presidente do Conselho, por via epistolar.

§ 5° - As deliberações serão tomadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§ 6° - Na eventual ausência do Presidente, os demais membros do Conselho escolherão, no ato e somente para aquele evento, o conselheiro que deve presidir os trabalhos.

§ 7° - Os conselheiros não serão remunerados pelos serviços que prestarem ao Conselho.

Art. 6° - A COHAPAR utilizará os recur-

so a serem liberados pelo FDE exclusivamente para a cobertura dos custos de cada projeto, sendo que os valores provenientes da venda dos imóveis e das receitas de financiamentos devem retornar diretamente ao FDE, para reaplicação em novos programas.

Art. 7º - A critério do Conselho de Orientação, os imóveis construídos podem ser vendidos a vista ou a prazo, com ou sem financiamentos, com prazos e encargos a serem definidos para cada projeto.

Art. 8º - O Conselho de Orientação zelar pela integridade patrimonial dos recursos, cuja movimentação deverá ser registrada na contabilidade do FDE em contas específicas.

Art. 9º - A COHAPAR poderá celebrar convênios para a execução de projetos habitacionais, inclusive consorciando-se com municípios desde que aprovado pelo Conselho de Orientação.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A falta de habitação para a população brasileira e paranaense, principalmente a de mais baixa renda, vem merecendo uma melhor e maior atenção por parte das autoridades ligadas ao assunto.

No Estado, a busca de soluções se iniciou em 05.07.50 com a criação, através da Lei n. 360, da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, que no início de suas atividades recebeu recursos do Governo do Estado e para sua continuidade, passou a ter como fonte de receita, a majoração de 1%, que mais tarde foi elevado para 2%, sobre o valor de operações imobiliárias.

Depois, com a instituição da Correção Monetária nos Contratos Imobiliários de interesse social, através da Lei Federal n. 4.380 de 21.08.64, foram criados o Banco Nacional da Habitação - BNH, as Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal da Habitação e Urbanismo, formando-se, assim, o Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

Para integrar o Paraná nesta nova realidade, sucedendo a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, foi criada, através da Lei Estadual n. 5.113, de 14.05.65, a Companhia de Habitação do Paraná, ao mesmo tempo em que, para a mesma finalidade, mas com atendimento específico aos respectivos municípios, foram criadas a Cia. de Habitação de Curitiba - COHAB - CT, Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD e a Companhia de Habitação de Ponta Grossa - COHAB-PG, esta última incorporada à COHAPAR, em 22.05.69.

O sistema passou a contar com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dotação governamental, empréstimos internos e externos, cadernetas de poupanças, letras imobiliárias e refinanciamentos.

Com esse Sistema Financeiro da Habitação - SFH, operacionalizado, imaginava-se atender a demanda existente, mas, ao longo do tempo, seus recursos foram sendo destinados a outras finalidades, e aqueles aplicados em unidades habitacionais financiaram predominantemente moradias de médio e alto padrão, deixando para um plano inferior o apoio a programas de habitações populares.

O modelo econômico recessivo, posto em prática pelo Governo Federal nas últimas décadas, diminuiu o poder aquisitivo da grande massa de trabalhadores. Agravou-se o desemprego, estimulando a ocupação na economia informal e, ainda, uma drenagem ponderável dos recursos originários da força do trabalho formal. Assim, a contribuição ao FGTS, fonte principal para investimentos na produção de habitações para a população de baixa renda foi cruelmente reduzida em função dessa política, no comprometimento inclusive para os próximos anos, o mesmo acontecendo com os depósitos em Cadernetas de Poupança.

Com a extinção do BNH, no final de 1986 o SFH teve sua normatização e operacionalização dificultadas, além de apresentar uma grande dívida com o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.

Em junho de 1987, a Caixa Econômica Federal - CEF, responsável então pela operacionalização do SFH, firmou Contrato de Abertura de crédito com o Paraná, o qual permitirá a execução de 44.146 unidades habitacionais.

No início de 1988, o Banco Central do Brasil - BACEN, no pretexto de reduzir a dívida do setor público, proibiu os Estados e Municípios a tomarem empréstimos junto ao SFH, estando aí incluídas as Companhias de Habitação, o que mesmo com o cancelamento dessas medidas para essas Companhias de Habitação, não houve praticamente qualquer contratação de empréstimos, acumulando-se, assim, um déficit estimado de 10 milhões de moradias no país e de aproximadamente 400 mil no Paraná.

Assim, considerando-se que:

a) O déficit habitacional no Paraná, segundo o IBGE-1988, para a população urbana até 5 salários-mínimos atinge 361.010 moradias;

b) déficit acumulado, mais o déficit projetado para o ano 2.000 chega a 640.170 moradias;

c) Que a demanda atual cadastrada nas Companhias de Habitação - COHAB's atinge 167.690 moradias;

d) Que a capacidade de produção da COHAPAR e COHAB's chega a 35.000 moradias/ano;

e) Que as COHAB's já têm estruturados programas habitacionais para: assentamentos, desfavelamentos e urbanização de favelas, loteamento popular com participação da iniciativa privada, autoconstrução, mutirão, lotes urbanizados, FICAM, conjuntos convencionais, municipalização, primeiro teto e material de construção para loteamento;

f) Que estão praticamente reduzidas a zero as fontes de recursos para atender programas dessa envergadura, apesar de toda estrutura existente.

Propomos a aprovação do referido projeto de lei, que se de um lado não soluciona o problema de habitação para a população de baixa renda, por outro poderá atenuá-lo. Essa medida, aliada às que fatalmente deverão advir com o novo governo, deverá atender o Setor de Habitação, que juntamente com a saúde e educação formam o trinômio que efetivamente, nos últimos tempos, ficou relegado ao plano incipiente.

PROJETO DE LEI N° 532/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Excelentíssima Senhora EDITE PIZZATO, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Esta homenagem decorre dos grandes serviços que dona Edite Pizzato presta ao nosso Estado do Paraná, onde nasceu, em 1918.

É por bem conhecê-la que trazemos ao colendo Plenário esta proposição.

Pretende-se homenagear esta brava mulher que ainda muito jovem, em 1940, depois de haver se casado com o Dr. Antero Sadi Pizzato, transferiu sua residência para o Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná.

Neste tempo deixou tantas vaidades e ambições pessoais, naturais a qualquer pessoa da sua idade, para dedicar-se à manutenção daquele estabelecimento hospitalar.

Em 1954, fundou a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER, dando um passo decisivo no voluntariado e atividades sociais em câncer, em nosso Estado.

Durante quatro décadas, vem se empenhando ao trabalho belo e generoso junto à pessoa cancerosa, constituindo-se numa espécie de Padroeira desses enfermos.

Correu todo o Brasil em jornadas, congressos, seminários e outras atividades, colhendo conhecimentos que sendo de grande valia para seu trabalho, não substituiriam jamais, seu amor ao próximo - essa verdadeira solidariedade humana.

Está lá, ainda hoje, no Hospital Erasmo Gaertner com quem teve larga convivência - trabalhando com dedicação e abnegação.

De forma sistemática, detalhada e metodológica fala o curriculum de dona Edite Pizzato, com tantas coisas que fez, recolheu e construiu.

Nós falamos com amor e admiração, pelas tantas coisas boas e generosas que fez por grande parte do povo deste Paraná.

Por isto queremos homenageá-la, fazê-la sentir que há mais passos nesta caminhada em que, certamente, vai na linha de frente, ativa e determinada, Edite Pizzato, esta brava guerreira.

Finda a leitura do expediente, o Senhor Presidente registra com satisfação a presença nesta Casa do novo Deputado Dalton Machuca, do P.L., de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença nesta Casa do novo Deputado Dalton Machuca, do P.L., de Ponta Grossa.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos cobrado constantemente, da Tribuna desta Casa, e dos meios de comunicação, a situação em que vivem entidades conveniadas com o Governo do Estado do Paraná.

Mais propriamente o Asilo São Vicente de Paulo e o Recanto dos Velhinhos do Tarumã.

Por diversas vezes encaminhei requerimentos e pedidos de informação à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, pedindo esclarecimentos do não repasse das verbas a estas Entidades.

Um dos últimos requerimentos de minha autoria, foi no dia 27 de abril deste ano, quando fazia as indagações solicitando o repasse das verbas e a resposta que recebi do Secretário Odeni Mongruel, era de que já tinham sido tomadas todas as providências e dizia que "permanecemos, portanto, no aguardo de autorização da Assembléia Legislativa com relação à votação de verba suplementar naquela ocasião".

E nós votamos. A Assembléia aprovou a suplementação. Porém, só em junho é que o Governo do Estado repassou e repassou apenas três meses: janeiro, fevereiro e março. De março para cá, essas entidades não receberam sequer um tostão do Governo do Estado. Nenhum outro repasse foi feito até hoje a estas entidades que prestam serviço extraordinário à comunidade paraense.

Aí é de se perguntar onde foi parar o dinheiro da suplementação que encaminhamos e que certamente foi encaminhado à FASPAR. Além disto, a Assembléia do Estado aprovou no dia 31 de julho e no dia 03 de agosto, um total de 160 milhões de cruzeiros para a FASPAR, como sobra de um dinheiro que tinha na Lotopar.

Foram duas suplementações e nem isto foi suficiente para sensibilizar o Governo do Estado para a atual situação em que vivem entidades que prestam serviços através de convênio com o Estado do Paraná.

O Asilo São Vicente de Paulo e o Recanto dos Velhos do Tarumã, mantido pelas Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz - há sete meses não recebem qualquer verba: desde março até hoje, não há nenhum repasse feito pelo Governo do Estado para essas entidades, para que atenuasse a dimensão do problema que estão enfrentando.

Quando do primeiro atraso, enviamos ao Secretário da Ação Social um expediente solicitando a regularização dos repasses. Recebemos como resposta a alegação de que era aguardada a aprovação pela Assembléia Legislativa de autorização suplementar.

Esta Casa, entretanto, tem aprovado com serenidade os pedidos de créditos monetários à FASPAR, inclusive repito mais uma vez: um, proveniente da LOTOPAR, no valor de 160 milhões de cruzeiros. No entanto nada chegou às mãos daquelas entidades.

Por esta razão, solicito ao Líder do Governo desta Casa para que atente para esta carta que me chegou através da Associação Protetora da Infância, Província do Paraná, o Asilo São Vicente de Paulo, administrado pela Congregação Passionista que comemora 64 anos de existência e durante esta longa caminhada a instituição abrigou carinhosamente milhares de irmãos necessitados. Atualmente são assistidas 250 pessoas, entre vovozinhas, doentes, paraplégicos, doentes com distúrbios mentais, pobres e abandonados pela família.

O Recanto dos Velhinhos do Tarumã tem 125 idosos, também com uma série de problemas. Estamos continuamente promovendo campanhas para angariação de contribuições e muito nos ajudaria e honraria contar com a inclusão do Governo do Estado para que no repasse das verbas, apareçam as duas entidades.

Por isto, Senhor Presidente, trago aqui um apelo das Irmãs Passionistas, da sociedade curitibana, que têm sido o grande sustentáculo destas entidades. Em que pese quando o Governo repassa as verbas, insuficientes para as reformas das duas casas, insuficientes para o atendimento a esses idosos, não fosse o trabalho benemérito da sociedade curitibana, com promoções que são realizadas certamente esses trezentos e tantos velhinhos já não estivessem mais com vida.

Então, é preciso mais do que nunca o interesse por parte do Governo do Estado, em acelerar este repasse porque, afinal de contas, não será por falta de dinheiro, suplementação esta Casa tem aprovado constantemente, o que está faltando me parece é um pouco de sensibilidade.

Não quero acreditar que o dinheiro dos velhinhos do Tarumã e do Asilo São Vicente estejam também sendo usados para campanha política.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua no Horário do Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao representante do PFL, Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Paraná e esta Casa conhecem sobejamente o posicionamento deste Deputado e da Bancada do PFL com relação ao encaminhamento e apreciação das Mensagens do Governador para a Assembléia.

Não tem faltado, a nossa Bancada, aos compromissos maiores do Paraná. Temos feito oposição, sem que tenha sido fundamentada na prática do ódio ou na política rasteira de oposição por oposição. Mas não posso, Senhor Presidente, deixar de fazer o registro do nosso descontentamento quando os órgãos da imprensa do Paraná chamam a Assembléia ou seus Deputados, ou alguns dos Deputados, de irresponsáveis por faltarem ao interesse do estudo, da análise, da discussão dos ofícios, das Mensagens do Senhor Governador no que diz respeito à suplementação de verbas orçamentárias.

Queria dizer que da mesma forma que os demais ilustres Deputados apenas hoje este Deputado e a Casa receberam expediente informando da existência e do conteúdo dos pedidos de suplementação orçamentária do Senhor Governador do Estado e alguns jornais por solicitação ou por declaração de alguns Prefeitos, interessados na aprovação dessas Mensagens, dizem que seus municípios não têm mais condição de administração e cumprimento das suas obrigações principais, especialmente com relação à educação e ao PEDU em função da morosidade Legislativa.

Não é verdade, agora, que os Deputados recebem e têm conhecimento das Mensagens do Senhor Governador, daqui para frente os Senhores Deputados devem ler e examinar, discutir, apreciar, para posteriormente, votar os pedidos do Senhor Governador.

Não pode se votar mais de cinquenta milhões de dólares, me parece, assim, sem uma palavra, sem uma consideração, sem se conhecer o porquê. Porque nós estamos em plena campanha eleitoral, as eleições vão ser agora em segundo turno, esta coisa implantada no Brasil, que se Deus quiser vai se acabar - segundo turno, isso é uma incoerência não se pode admitir, fazer-se duas eleições, já fizemos uma tão difícil, vamos fazer duas, vamos fazer, é vontade da Lei, do Congresso, mas deve ser mudada. Pois bem, não se pode examinar matérias da relevância, que se trata aqui, no ôba-ôba, esta Casa votou na semana passada Mensagem do Senhor Governador, regularizando a situação dos advogados do Estado, dos Assesores Jurídicos do Estado. E aqui houve apelo para que os Deputados não lessem, nem conhecessem o conteúdo, porque o Senhor Governador havia pedido e que nós aqui, as Bancadas todas, devessem e aconteceu, votamos sem discussão, porque foi nos pedido que nem uma emenda se apresentasse.

Então aí, os jornais de hoje, alguns, noticiam o pedido de demissão do Procurador Geral do Estado, porque ele discorda, como os demais Procuradores, dos termos da Lei votada por esta Casa, às pressas provavelmente até com interesse eleitoral, já que os efeitos financeiros da Lei que me refiro, vão acontecer a partir de janeiro e as eleições em novembro.

E, agora os Deputados.... (é lhe tirado o som) ... e preguiçosos, porque ainda não votaram Mensagens que somente hoje tomamos conhecimento e que por designação do Senhor Presidente, o Deputado Baggio, apresentará amanhã na condição de relator, o seu parecer. Daí, iniciar-se-á a discussão de matéria tão significativa, são mais de cinco mensagens, parece-me que são seis Mensagens, todas de suplementação, e vejo inclusive, o cancelamento aqui de cerca de três bilhões de cruzeiros de compromissos que o Paraná tem em honrar a dívida externa.

Ora, Senhores Deputados, a imprensa do Paraná, não pode nos tratar assim, estive-mos ontem e estamos aqui hoje, estaremos atentos continuamente, presentes aqui na Assembléia, mas não poderemos, a exemplo de tantas vezes, votarmos sem estudo maior, sem uma análise mais perfeita, principalmente, repito, estamos às portas de uma eleição, que vai sem dúvida, pela vontade soberana do povo, decidir sobre o futuro do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o PTB.
Declina.
Com a palavra, o PRN.
Declina.
Com a palavra, o PMDB.
Declina.
Com a palavra, o PSDB.
Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 183/90, do Senhor Governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que visa obter aprovação de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação e discussão ao Projeto de Lei n° 480/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 480/90, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que altera a Lei n° 9302, de 19 de junho de 1990, que criou o Município de Guaraituba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 207/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o Município de Vila Branca, com território desmembrado do Município de Cerro Azul, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. n° 37, de 09.04.90).

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

175/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede a Senhora DEA AMARAL, viúva do ex-Prefeito do Município de Campo Mourão, Horácio Amaral, uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Em votação o Substitutivo Geral. Aprovado.

O Projeto irá a 4.^a Discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 184/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que institui a Federação das Instituições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

O Senhor Deputado autor do Projeto, requer a sua retirada da Ordem do Dia, por 02 (duas) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 184/89, por duas (02) sessões.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 349/89, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que concede pensão mensal a Senhora Zuleica Teodoro de Oliveira, viúva do ex-Prefeito Antonio Teodoro de Oliveira, no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Em votação o Substitutivo Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 358/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM, com sede e foro no município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 389/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Doutor Camargo, com sede e foro no Município de Doutor Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação do artigo 1° da Lei n° 9.184, de 08.01.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 499/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 168/90), que institui a Fun-

dação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu- UNIVALE, com sede e foro provisório na cidade de Palmas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o Projeto n° 499/90, há requerimento do Deputado Caíto Quintana, solicitando o adiamento da votação por duas sessões.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem)-

Eu gostaria, Senhor Presidente, que este projeto fosse votado esta tarde, visto que foi estudado, o Relator fez o seu Parecer.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar o requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Requerimento já está na pauta de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Quero encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com muita honra, para este Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É lamentável o que está ocorrendo neste Parlamento, com a educação do Paraná. Durante o processo constituinte do ano passado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero lembrar, aqui, nós batalhamos para que todos os nossos jovens tivessem acesso ao ensino superior. Porque Ponta Grossa, Londrina e Maringá, estavam privilegiadas em relação às demais regiões. Por isso, os constituintes do ano passado, entenderam criar a UNIVALE; a UNICENTRO para assim democratizar o ensino superior no Estado do Paraná. Esta foi a intenção manifestada, majoritariamente pelos constituintes de 1989.

Essa intenção, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamentavelmente está sendo prejudicada, agora, a cada dia que passa. A vontade palaciana fez com que a UNICENTRO se viabilizasse e o processo de implantação está em estado avançado, enquanto que a UNIVALE que contempla uma das regiões mais importantes do Paraná, e que está marginalizada, chega a este ponto! Estamos chegando ao final desta legislatura, onde nós tivemos 9 Parlamentares eleitos por aquela região, que compõe este Parlamento, e o Governo do Paraná está sendo incompreensível com aquela região, com aqueles que precisam desta Universidade, e estão armando manobras para que a UNIVALE seja dificultada e não se implante.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, necessário se faz neste momen-

to, e quero apelar a todos os companheiros Parlamentares, que aqui estão, vamos derrubar o requerimento do Líder do Governo, vamos aprovar essa implantação a meia boca, que está sendo proposta aqui, para que, no futuro, nós não sejamos responsabilizados pela não implantação, pela nossa omissão, no momento oportuno da implantação da Universidade do Vale do Iguaçu.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apelo finalmente, vamos acelerar para democratizar o ensino superior, no Estado do Paraná, para o fácil acesso ao ensino superior dos nossos jovens do Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu solicito à bancada do PSDB que vote contra o requerimento. Esta Casa já apreciou este assunto no início do 1º semestre e este assunto foi aprovado pela Casa, a Universidade do Sudoeste do Paraná, posteriormente vetado pelo Governador Álvaro Dias.

Esta Casa já apreciou o veto, manteve o veto do Governador Álvaro Dias e o Governador Álvaro Dias agora encaminha um projeto final àquele que a Casa manteve o veto, faz isso porque não há motivo nenhum de se adiar a votação e a criação definitiva da Universidade do Vale do Iguaçu.

Portanto, faço uma convocação à Banca tucana do PSDB, para que vote contrário ao requerimento.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Senhor Presidente para que nós possamos colocar a questão.

Nós tivemos já diversos percalços na questão da Mensagem de encaminhamento da UNIVALE, e eu tenho um receio profundo de que nós possamos, através inclusive da questão de luta pela questão de sede e coisa semelhante, inviabilizarmos a UNIVALE, com prejuízo total aos estudantes daquela região, que estão pouco preocupados com a questão de sede, até porque é uma Faculdade múltipla, onde os cursos estão em 4 cidades, onde fica a sede provisória é o que menos interessa para o estudante, o estudante está interessado em que o curso seja gratuito para ele, como em outras regiões.

Nós fizemos 1ª e 2ª votação, ajustamos, todos, de comum acordo, uma emenda que atendia aos interesses de todos que era a de que, no prazo máximo de um ano, através de levantamentos do IPARDES e do IBGE se desse um Parecer definitivo, com critérios pré-estabelecidos, onde ficaria a sede definitiva, e isso faz parte de um documento, assinado pelos diretores das faculdades, que eu tenho em mãos, por isso

nós dizemos assim. Eu quero esclarecer ao Deputado Pedro Tonelli e ao Deputado Nereu Massignan, que o meu pedido de retirada da Ordem do Dia, por uma sessão, é pelo menos para que nós possamos sentar, porque há uma emenda a ser votada na Mesa, hoje aqui, transferindo a sede provisória da UNIVALE para União da Vitória, e contraria totalmente o princípio do projeto e os trabalhos que foram feitos e assinados pelos presidentes; como Vossa Excelência também, Senhor Presidente, é conhecedor de um projeto, de Vossa Excelência inclusive, que está em 3ª Discussão, que cria a Federação das Faculdades do Sudoeste do Paraná, que é exatamente a estadualização individualmente dos cursos de União da Vitória. Quer dizer, nós estamos votando a criação dos cursos de União da Vitória estadualizados e ao mesmo tempo estamos transferindo a sede da Universidade do Sudoeste, para União da Vitória. Então, o mínimo que nós podemos fazer é retirar isso da Ordem do Dia para poder estudar.

Eu justifico, é exatamente para não insistirmos na votação contra a emenda do Deputado José Rogério que nós pretendemos conversar, caso contrário, se o requerimento for derrubado nós seremos forçados a lutar para que continue o projeto da forma como ele está.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que o projeto de minha autoria nº 184/89, foi retirado a requerimento meu por cinco sessões.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Por isso mesmo Senhor Presidente reforçaria a idéia que de se retirasse o outro também para poder conciliar as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos o Requerimento do Deputado Caíto Quintana.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. HAROLDO FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, uma questão de esclarecimento.

Nós estamos votando um requerimento para retirar da Ordem do Dia por duas sessões?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Certo.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber se essa matéria poderia ser, se a votação já foi encerrada, se não foi eu peço então que retire por uma sessão somente, não duas sessões.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu tenho uma preocupação como outros projetos que foram retirados da Ordem do Dia por uma sessão e depois não voltam mais.

Esta preocupação que eu gostaria que os Parlamentares levassem em conta. Nós tivemos um projeto na semana passada que foi retirado para voltar na terça-feira, hoje é terça-feira e o projeto não consta. Então, essa é uma preocupação que eu deixo neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Senhores Deputados Caíto Quintana e José Rogério que mantenham entendimento para retirada de uma sessão.

O projeto será reincluído na sessão de quinta-feira.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 142/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor HOMERO TABAJARA CARDOSO LOUREIRO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 239/90, de autoria da Deputada Vera Agibert, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Imbituva-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 458/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que estabelece Incentivo Fiscal a empresas instaladas no Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 518/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná- APAP-PR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 367/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlética Santa Maria, com sede e foro no Município de Guarapuava. Aprovado. (Publ. no DA. n° 77, de 26.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 508/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Bacia do Rio do Campo - RIOCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Aprovado. (Publ. no DA. n° 118, de 10.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 520/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural Peru-Brasil. Aprovado. (Publ. no DA. n° 121, de 16.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 528/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Psicodrama-SPP, com sede nesta Capital. Aprovado. (Publ. no DA. n° 123, de 18.10.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2387, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2385, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2380, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2388, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Ezequias Losso, Raul Lopes, Nereu Carlos Massignan e Paulino José Delazeri, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2381, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2383, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2389, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2390, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2391, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2392, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2393 de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de n° 2382, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente.- Em discussão.

- O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno. A Mesa solicita à Liderança do PMDB a indicação dos membros que deverão compor a Comissão de Fiscalização da Assembléia. Dois membros.
- O SR. CAÍTO QUINTANA - O Deputado Dirceu Manfrinato e o Deputado Renato Adur.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O serviço anotar o Deputado Dirceu Manfrinato e o Deputado Renato Adur para comporem a Comissão de Fiscalização da Assembléia, que deverá ser instalada dentro de cinco dias pelo Deputado mais idoso da referida Comissão.
- A Mesa, a pedido do Deputado Algaci Túlio, anuncia a reunião da Comissão de Saúde às 9:30, Comissão Parlamentar de Inquérito.
- O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual foi o destino final dos dois requerimentos que foram encaminhados à Mesa ontem e que seriam apreciados até hoje segundo a palavra do Presidente em exercício ontem, Deputado Algaci Túlio.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os requerimentos de Vossa Excelência estão examinados porque é solicitando à Mesa, não a Plenário, um, desde já posso informar a Vossa Excelência que é inconstitucional.
- O SR. PEDRO TONELLI - Mas, já se viu requerimento inconstitucional, agora até requerimento meu vão apreciar constitucionalidade, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que Vossa Excelência é muito sabido e a gente tem que ter um cuidadinho, sempre.
- O SR. PEDRO TONELLI - Mas, Vossa Excelência está ultrapassando todos os limites, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou, mas não o da legalidade, só na cabeça de Vossa Excelência.
- O SR. PEDRO TONELLI - Pelo jeito a Constituição está dentro de vossa cabeça.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência votou a Constituição e agora quer através de um projeto mudá-la.
- O SR. PEDRO TONELLI - Mas, quem aprecia a

constitucionalidade é esse Plenário, tem Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa, Senhor Presidente. Eu requeiro que os dois requerimentos sejam submetidos a Plenário, porque o Plenário acerta mais do que o raciocínio de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou de pleno acordo com Vossa Excelência, então Vossa Excelência faça o requerimento por escrito.

O SR. PEDRO TONELLI - Os requerimentos já foram encaminhados antes de ontem, Senhor Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, acabou de ser aprovado um requerimento de nossa autoria pedindo regime de urgência ao Projeto n° 266/90. Este Projeto já foi apresentado em abril deste ano, gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência de incluir na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência requereu urgência ou Comissão Geral?

O SR. RUBENS BUENO - Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, terá o prazo de 48 horas para ser incluído na Ordem do Dia.

O SR. RUBENS BUENO - Mas, apelo a bondade de Vossa Excelência para incluir na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu prometo a Vossa Excelência que incluirei depois de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 142/89, 239/90, 458/90 e 518/90.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 367/90, 508/90, 520/90 e 528/90.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 368/90, 470/90, 488/90, 494/90 e 498/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO
SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR,
EM SESSÃO DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1990.

"É DIFÍCIL MUDAR ESTA NAÇÃO"

Manoel de Oliveira
Franco Sobrinho

Está difícil mudar esta nação. O Brasil ainda continua sempre o mesmo. Atordoado e perplexo. Mascarado e fantasioso. Imprudente e imaginoso. Egoísta e fanfarrão. Estudando pouco e sonhando muito. Criando ilusões e mistificando realidades. Gastando mais do que pode. Vivendo da miséria e do luxo. Desafiando um povo que não sabe bem se representar e não sabe nem sequer determinar-se.

Reclama a lavoura. Reclama o comércio. Reclama a indústria. Conservadores reclamam. Liberais reclamam. Socialistas reclamam. Todos reclamam, uns apopléticos, outros maneirosos. Ninguém deixa de se queixar de alguma coisa. Uns dos juroscorchantes e outros dos baixos juroscorchantes. Os que ganham muito pedem e querem mais. Os que ganham pouco sofrem no silêncio o peso das ingratidões sociais.

Poucos vivem a tranqüilidade do bom viver. Incertezas esfriam esperanças. O simples existir é problema de todos os dias. É preciso hoje se ganhar muito pelo temor do futuro. Milhões não têm como nutrir-se adequadamente. Milhares fartam-se das oportunidades passageiras. A nação, esta não importa. Bons negócios, geram insensibilidade. Iniciativas oficiais, desconfiança nos resultados.

O que fazer? Como fazer? De que maneira restaurar a confiança popular? Através de eleições como as últimas? Pela ação do governo? Com novas leis? Alterando quadros funcionais? Pagando o que devemos pagar, aqui e lá fora? Não pagando? Substituindo o regime político? Reformando a ordem social? Editando textos legais objetivos? Mudando a fisionomia do Judiciário? O que fazer? Como fazer?

Indispensável se decida, não em construir, mas em promover a reconstrução nacional. Não somos uma nação jovem, conforme se alardeia. Temos a idade dos Estados Unidos ou do Canadá. Tivemos, por certo, razoável formação histórica. Não aproveitamos porém as riquezas naturais, apenas as exploramos. Levantamos uma civilização atípica nos trópicos e não criamos uma real cultura nacional.

O que significa ainda agora governar o Brasil? Fácil verificar: significa aumentar constantemente impostos e taxas, aumentar o indivíduo interno e aumentar compromissos financeiros externos. Perma-

necemos num mar de déficits programados. Investimos em obras e serviços, com dinheiro que não é nosso. Tudo aqui vem de longe financiado. Praticamente nada resulta da moeda brasileira.

Periodicamente empataremos bilhões nos pleitos políticos. Já perguntaram, noutros países, quanto se gasta em dinheiro público nas eleições? Quase nada. Elas correm normalmente, ficando os aparatos por conta dos interessados. Estes, por sua vez, pouquíssimo investem. Aos partidos, organizações duráveis, compete o sustento financeiro das disputas eleitorais e da propaganda partidária.

Faz muito mal para nós qualquer espécie de comparação. Sempre saímos perdendo. Fomos únicos a destruir um sistema ferroviário e acabar com a navegação de cabotagem. Inutilizamos rios navegáveis. Nossos portos servem apenas para importar ou exportar. Temos fartura de fontes de energia elétrica e essa energia é de alto preço, sem mencionar as constantes crises de abastecimento.

Qualquer estado nosso vale por um País da Europa. Bem observando, cada estado é uma nação nas peculiaridades geo-econômicas. Possuem o necessário para não sofrer tantos irritantes traumas. Contudo não há estado que se possa gabar de ter autonomia. Todos estão dependentes, na administração e nos serviços. Notoriamente, gastam mais do que arrecadam. Desperdiçam forças, sem renová-las.

Não podemos nos queixar da extensão do sistema educacional. Ele é completo, abrange a nação por inteiro, mas infelizmente não funciona, ficou carente de provisões materiais e intelectuais. Prova disso está nas universidades. Do ensino médio, nem se fale. No primário, notam-se falhas nos métodos aplicados e a erosão de mestres descontentes. Numa visão geral, o ensino no País deteriorou-se impune.

Falar de saúde pública é chorar de tristeza. Servidores fogem dos serviços jurados. Pacientes esperam até que a doença domine. São pacientes, de verdade, bem sofridos. Não se consegue mais morrer em paz, se morre com os nervos esgotados. A questão não reside do atendimento difícil, porém no mau atendimento. Não há nenhum amparo na prestação necessária, nem cuidados na adversidade social.

No plano de administração pública, a burocratização excessiva e a ineficiência funcional marcam o desespero dos administrados. Leis inexistem e textos constitucionais não são respeitados. A desordem asfixia quadros do pessoal. Os comandos são precários. Os processos demorados. As soluções imprevistas. As iniciativas solertes. A desobediência, pela inércia, fator maior da inoperância.

Lamento parecer pessimista. Se sou, sou pelo que sei, vejo ou penso, não pelo que imagino. Queria que as coisas fossem diferentes. É chocante assistir o crescimento brasileiro e conhecer ao mesmo tempo

que esse crescimento de fachada não tem fundamentos sociais, econômicos ou morais. Um crescimento mostrando riquezas que não temos, escondendo a miséria nos escuros subterrâneos da sociedade.